

Introdução

O Boletim de Conjuntura chega ao fim do seu terceiro ano trazendo alguns elementos para subsidiar a campanha salarial de 2010. Mais uma vez reafirmamos nosso desejo de que o Boletim, junto com os outros trabalhos da subseção do DIEESE na APEOESP, sejam uma referência para os professores na luta sindical.

Seguindo a estrutura dos números anteriores, o Boletim traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do Estado de São Paulo, bem como dados conjunturais da Secretaria da Educação, tais como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista.

Como nos outros números terminamos com uma seção especial, desta vez com uma breve análise da proposta orçamentária do governo para área da

educação em 2010. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizada em cinco tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo
3. Indicadores de Emprego na Área da Educação
4. Campanha Salarial
5. Análise da proposta orçamentária

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

A economia brasileira se caracterizou pelo baixo dinamismo durante a década de 1990 e início dos anos 2000. Dado o grau de vulnerabilidade externo, as crises em países emergentes chegavam rapidamente e traziam um forte impacto na economia

doméstica. A crise mexicana de 1995 atingiu o Brasil e levou a uma rápida interrupção do crescimento do PIB, em 1996.

No segundo semestre de 1997 a crise asiática acarretou uma forte fuga de capitais estrangeiros do Brasil. No ano

seguinte, a crise russa levou a uma onda generalizada de pânico nos mercados financeiros mundiais. O Brasil perdeu boa parte das reservas em dólares, foi obrigado a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a elevar a taxa de juros

para segurar a escalada do preço do dólar no País.

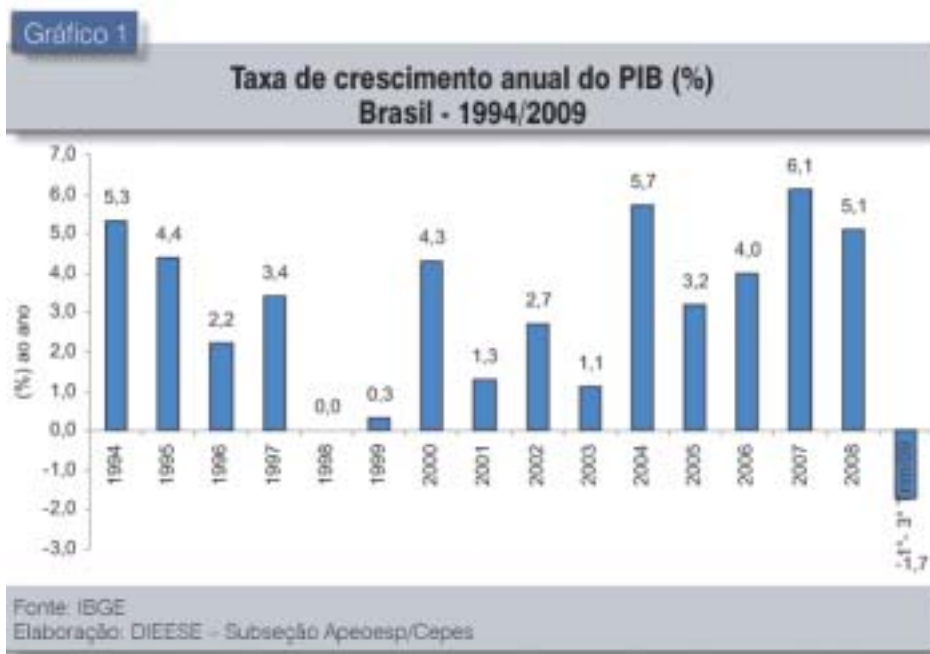
Os impactos das crises asiática e russa no Brasil ficam claros quando se observa o desempenho recessivo do PIB no biênio 1998/99. Neste período foi sensível também o impacto da desvalorização e do crescimento da dívida externa associado à perda de valor do real frente ao dólar.

A crise atual deve ter um impacto distinto e menos severo. Embora possa rever suas expectativas, o governo continua prevendo um forte aumento do PIB para 2010, condizente com o crescimento de 2008, e com os demais indicadores da chamada “Economia Real”.

A crise econômica internacional se refletiu na queda do PIB de 2008. Apesar da excelente performance ao longo daquele ano o resultado foi uma taxa de crescimento menor do que em 2007. Neste contexto, 2009 foi um ano de recuperação dos abalos no sistema econômico mundial.

O Brasil saiu-se particularmente bem neste teste aproveitando oportunidades para crescer internacionalmente e tomando medidas para mitigar os impactos da crise no país.

Se considerarmos a análise do PIB acumulada por trimestre podemos notar que foi o investimento a maior “vítima” da crise. Diante da incerteza frente ao



futuro e da escassez de dinheiro no mercado o setor privado puxou o freio. Os dados não anualizados já nos fornecem, contudo, a certeza que saímos da crise e que o consumo do governo e das famílias teve um papel expressivo no apoio à recuperação do setor privado.

O custo da queda do investimento privado foi menor que o ritmo do aumento da produtividade e da oferta, que podem, no futuro, ter conseqüências graves para o mercado. Entre essas conseqüências está a possibilidade de que o país sofra novamente pressões inflacionárias devido ao

Gráfico 3

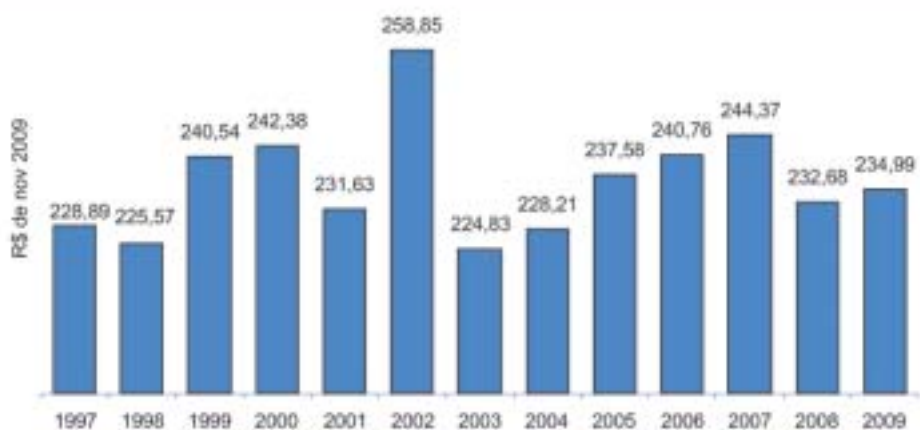
Índices de Inflação (ICV, IPCA e IGP-M) e Taxa de Juros básica (SELIC)
Taxas Anuais - (mar/08 - nov/09)



Fonte: IBGE, DIEESE, FGV e Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE - Subseção Apoesp/Cepes

Gráfico 4

Valor real da Cesta Básica
São Paulo — out/97 a nov/09



Fonte: DIEESE
Elaboração: DIEESE - Subseção - Apoesp/Cepes

descompasso entre a oferta e a demanda.

Neste sentido é importante ficar atento à evolução dos preços, da utilização da capacidade instalada pela indústria, que está próxima aos níveis pré-crise.

O aumento da inflação anual iniciado no segundo semestre de

2007, e que teve seu pico no segundo semestre de 2008, foi claramente revertido. Este resultado expressa uma boa dose de virtude e de fortuna.

O Banco Central obteve sucesso com a política de aumento dos juros para combater a inflação, mas uma boa análise

pode mostrar que a queda da inflação pode ter sido mais fruto da crise internacional e da diminuição do preço dos bens com preço cotado no exterior do que propriamente pelo arrocho interno.

O fato é que devemos terminar 2009 com uma inflação abaixo do centro da meta do BC. O que indica que os juros poderiam ter caído um pouquinho mais, ou ao menos um pouquinho mais rápido do que determinou o BC. A estabilidade atual fica evidente no acompanhamento dos preços da cesta básica, que deve ficar muito próximo do observado no ano passado.

O nível de emprego foi um dos pontos de grande preocupação do movimento sindical neste ano de crise econômica. O que poucos observaram é que parte do crescimento do desemprego no início do ano era "previsto". Isso porque, como se pode observar no gráfico 5, todo ano o nível de desemprego sobe no início do ano e depois cai.

O que é extremamente positivo é que apesar de termos um desemprego um pouco maior que o do ano passado – o ano do *boom* e da queda – ainda temos uma situação melhor do que em 2007.

Desta forma podemos olhar para 2009 como uma correção de rota que pode nos recolocar na trajetória sistemática de que-

Gráfico 5

Taxa de Desemprego ⁽¹⁾ RMSP
jan/06 - out/09



Fonte: DIEESE - Pesquisa do Emprego e do Desemprego (PED)
Elaboração: DIEESE - Subseção - Apeoesp/Cepes
Nota: (1): Refere-se à soma do desemprego aberto e oculto, Desempregados/PEA

da do desemprego observada nos últimos anos.

Mesmo com a crise, o país criou 1,4 milhões de empregos com carteira assinada até novembro. As previsões otimistas para 2010 devem favorecer uma queda ainda maior do desemprego. Quiça não teremos taxas abaixo dos 10% de desemprego aberto (pelo critério do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - estamos hoje na casa dos 7%)

2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

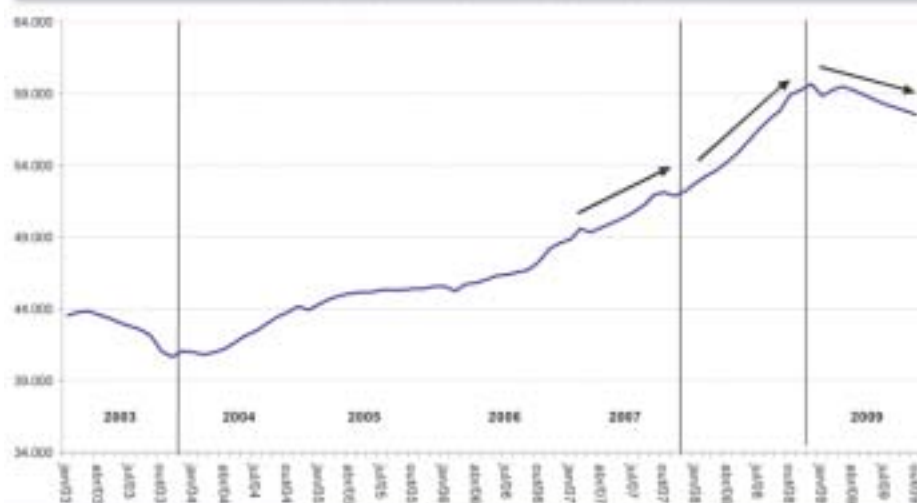
2.1 Receita: Arrecadação do ICMS em setembro.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em outubro de 2009 a arrecadação da quota parte do Estado referente ao Imposto sobre Circulação de Serviços (ICMS) somou R\$ 5,4 bilhões.

Nos primeiros dez meses do ano o valor arrecadado apresentou uma queda real de 0,5% em relação ao mesmo período de 2008. Esses dados de arrecadação confirmam a recuperação da economia, com a tendência de crescimento da arrecadação ao longo do ano. Devemos chegar ao fim de 2009 com uma

Gráfico 6

Arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo
Acumulado nos últimos 12 meses — 2005-2009



Fonte: Secretaria da Fazenda
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE
Observação: A partir de outubro de 2008 os valores são estimados.

arrecadação de cerca de R\$ 47,4 bilhões, cerca de R\$ 2 bilhões a

menos do que em 2008. Este valor é relativamente confortável

para o governo, uma vez que em 2008 a arrecadação havia crescido cerca de 14,3%, ou aproximadamente 7 bilhões a mais do que em 2007.

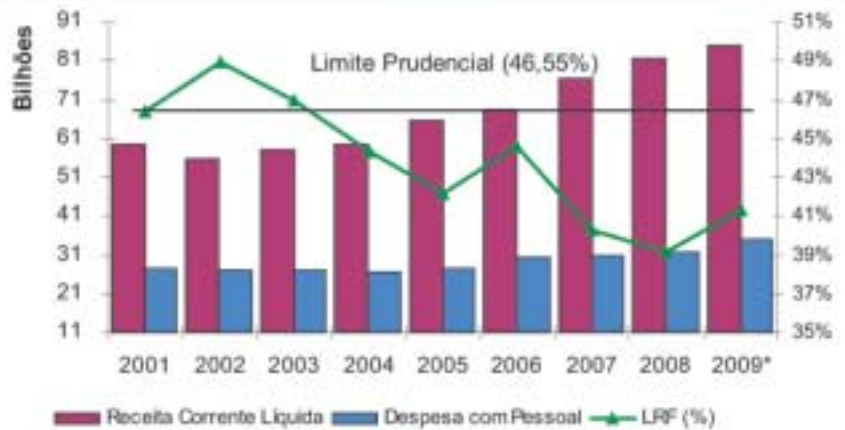
No gráfico 6 (página 4), elaborado pelo DIEESE, podemos observar que a arrecadação de ICMS vem apresentando trajetória crescente, retomada desde 2006 com a volta do crescimento da economia. Fica patente que o escorregão da economia não nos fez andar para trás como muitos imaginaram.

2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Comparação quadrimestral

Os dados do 2º quadrimestre/2009 mostram que a participação dos Gastos com Pessoal na Receita Corrente Líquida segue em queda: atingiu 41,3%. Os dados resumidos do relatório do governo entre 2001 e 2009 encontram-se no gráfico 7 (acima).

Gráfico 7

Execução Orçamentária – Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida Estado de São Paulo – 2001 a 2009 2º Quadrimestre



Fonte: Secretária Estadual da Fazenda.
Elaboração: DIEESE – Subseção Apeesp/Cepes
Obs: A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente do Estado menos transferências constitucionais, legais e contribuição dos servidores.
Nota: (*) Estimativa do IPCA de Dezembro de 2009.

O efeito desta política revela que o gasto do governo com pessoal permanece bem abaixo do **limite prudencial** expresso na **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, de **46,55% da RCL** (o **Limite Máximo** é de **49,00%**).

Nos últimos anos a margem para aumento das despesas com pessoal aumentou na proporção

do arrocho aplicado pelo governo, principalmente a partir de 2002.

Como foi observado anteriormente, ainda existe um claro espaço para recuperação dessas perdas e recuperação do poder aquisitivo do professorado paulista. Este espaço legal está hoje em cerca de R\$ 5 bilhões.



3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de outubro de 2009 o **Quadro do Magistério** registrou 236.779 profissionais, sendo 69.489 PEB I, e 145.583 PEB II. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, diretor de escola, supervisor de ensino e outros somam pouco mais de 21 mil cargos.

As comparações conforme categoria do Quadro do Magistério podem ser vistas na tabela 2. Nela podemos observar que a porcentagem de professores OFAs equivale a praticamente metade dos docentes (49%). Esta participação é maior no caso dos PEB I, onde os OFAs respondem por 61% do total.

O número total de professores permaneceu praticamente inalterado este ano em relação ao ano passado. A única diferença consistente é a diminuição do número de professores PEB I, em função do crescente processo de municipalização. Mesmo entre os professores PEB II, em função da tendência de queda nas matrículas, de cunho demográfico, deve levar o Estado a manter ou mesmo diminuir este contingente no futuro próximo. (Gráfico 8).

Tabela 1

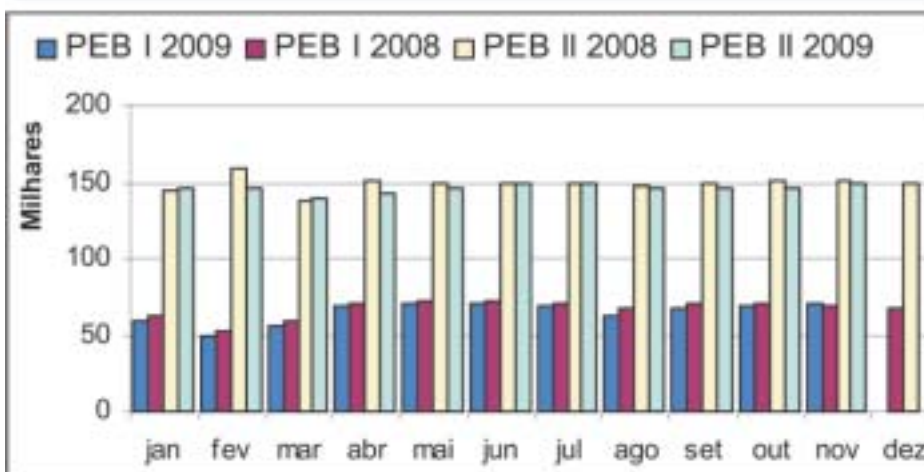
Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes
Rede Estadual – Outubro de 2009

Classe	Efetivo	OFA	Total
Professor de Educação Básica I (PEB I)	26.689	42.800	69.489
Professor II	0	101	101
Professor de Educação Básica II (PEB II)	83.021	62.562	145.583
Professor Coordenador	6.400	2.534	8.934
Coordenador Pedagógico	2	0	2
Assist. Diretor / Vice - Diretor	24	0	24
Professor Vice-Diretor	3.926	1.761	5.687
Diretor de Escola	5.335	0	5.335
Supervisor de Ensino	1.534	0	1.534
Dirigente Regional de Ensino	88	0	88
Estagiário	2	0	2
Total	127.021	109.758	236.779

Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese – Subseção Apeesp/Cepes

Gráfico 8

Evolução do Quadro do Magistério Total
Estado de São Paulo – 1999/2008



Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese – Subseção Apeesp/Cepes

4. Campanha Salarial: Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Logo após a implantação do atual plano de carreira (LC 836/97), em Março de 1998, até dezembro de 2009 a inflação apurada pelo ICV-DIEESE será de 112,33% (dezembro estimado). Já o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 60,97%.

Neste período ocorreram quatro reajustes salariais sobre o salário base na carreira do professor:

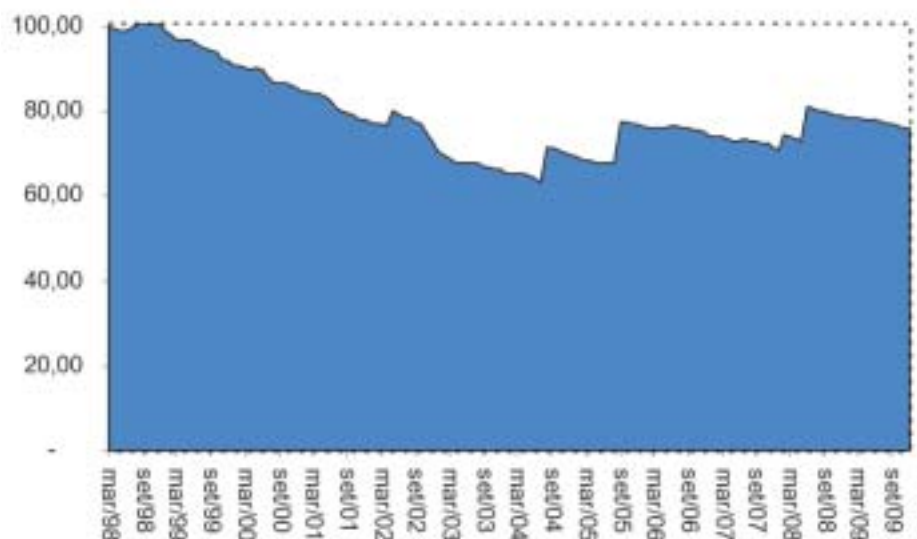
- 1) Em maio de 2002, de 5%;
- 2) Em agosto de 2004, de 13,38%;
- 3) Em setembro de 2005, de 15%.
- 4) Em julho de 2008, de 12,2%.

Portanto, para recuperar o poder aquisitivo dos salários fixados em março de 1998, seria necessário um reajuste salarial de 32,94% em janeiro de 2010.

O Gráfico 9 registra qual a evolução do poder de compra do salário dos professores desde Mar/98. Podemos perceber que a perda salarial no período foi de -24,78%.

Gráfico 9

Evolução do Salário Real do Magistério⁽¹⁾
Mar/98 a Out/09



Fonte: DIEESE – Subseção Apeesp/Cepes

(1) Refere-se ao PEB I, 24 horas Nível I sem incluir as gratificações

5. Análise da proposta orçamentária de 2009 para educação

Introdução

No dia 30 de setembro de 2009 o governo enviou para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

a Proposta Orçamentária para o ano de 2010. O texto final deveria ser aprovado até o fim do ano, após ser discutido e receber emendas da ALESP. A

análise do orçamento é fundamental e deve contribuir para a ação sindical junto ao governo neste ano de 2010.

Receitas

O governo programou para 2010 um acréscimo de 7,15% nas Receitas do Tesouro e de 6,20% na Receita Total em relação ao orçamento de 2009, puxado pelo forte crescimento da Receita com a Administração Indireta (7,94%) e de Capital (30,24%). Já as Receitas Correntes, que representam as receitas com impostos e contribuições, terão um aumento de 5,56% em relação ao orçado em 2009. Observa-se que o crescimento de cerca de 5% da Receita Corrente representa um crescimento real próximo a 0% para 2010, apesar de a economia dar sinais de recuperação da crise.

A Receita Corrente é de grande importância por ser a principal fonte de financiamento dos gastos, tanto do Estado como da educação, em particular, e para a categoria da educação, pois é parte da receita com impostos que incide as contribuições do FUNDEB e a vinculação constitucional (orçamento da educação).

O texto enviado à Assembléia Legislativa prevê a receita total do Estado em R\$ 125,5 bilhões. Desse, R\$ 21,9 bilhões é o volume de investimento estimado do Estado para 2010, que serão direcionados as obras do trecho sul do Rodoanel, para a ampliação e modernização dos trens do metrô e da CPTM e para o prosseguimento das obras rodoviárias.

Despesas

No item despesa da Secretaria da Educação Estadual, o governo está prevendo para 2010 um aumento de 4,18% com pessoal e encargos, valor bem inferior aos 10,34% previstos para 2009. No entanto, ainda existe uma pequena margem para concessão de reajustes salariais e/ou contratação de pessoal, ou ainda, para cotejar a nova política de evolução por mérito. A despesa com investimentos crescerá 46,85%, o que resulta em uma forte aceleração do ritmo de gasto, pois em 2009 a projeção de aumento foi de apenas 1,85%.

As outras despesas correntes deverão crescer 3,73% em 2010, o que implica em uma forte

desaceleração se comparado com a previsão de 31,58%, em 2009.

Programas

A análise da despesa por programas revela que o governo não fez grandes alterações em relação ao orçamento de 2009. O programa com maior aumento de verba foi à Gestão Institucional e Manutenção da Educação, com acréscimo de cerca de R\$ 419 milhões. Ao mesmo tempo o programa Auxílio Alimentação foi o que mais perdeu recursos em relação a 2009, praticamente -32%. O programa com a maior gasto em 2010 será a Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental com cerca de R\$ 6 bilhões.

Tabela 2

Receita segundo categoria econômica e fonte
Estado de São Paulo - 2008/2010

Fontes de Receita	LOA 2009	PLOA 2010	Variação 2010/2009	
			R\$	%
1 Receita do Tesouro	107.810.713.000	115.518.075.189	7.707.362.189	7,15%
1.1 Receitas Correntes	100.886.969.179	106.500.307.246	5.613.338.067	5,56%
1.2 Receitas de Capital	6.923.743.821	9.017.767.943	2.094.024.122	30,24%
2 Receitas Adm. Indireta	21.795.200.115	23.524.828.379	1.729.628.264	7,94%
3 Receitas intra-orçamentárias	-11.399.852.600	-13.507.206.954	(2.107.354.354)	18,49%
RECEITA TOTAL	118.206.060.515	125.535.696.614	7.329.636.099	6,20%

Fonte: Orçamento do Estado de São Paulo de 2009 e Projeto de lei orçamentária de 2010
Elaboração: Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

Tabela 3

Orçamento de Despesas do Quadro da Secretaria da Educação
Estado de São Paulo – 2009/2010

Itens de Despesa	LOA 2009	PLOA 2010	2009/2008 Variação	
			Absoluta (R\$)	Percentual (%)
Pessoal e Encargos	10.816.763.038	11.268.488.660	451.725.622	4,18%
Outras despesas Correntes	4.342.017.637	4.503.810.878	161.793.241	3,73%
Investimentos	354.792.898	520.995.975	166.203.077	46,85%
TOTAL	15.513.573.573	16.293.295.513	779.721.940	5,03%

Fonte: LOA 2008 e PLOA 2010

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Tabela 4

Principais Despesas por Programa
Secretaria Estadual de Educação – 2009/2010

Programa	LOA 2009	PLOA 2010	2010/09 (Variação)	
			Absoluta (R\$)	Perc. (%)
801 Parceria Educacional Estado-Município	246.761.212	226.047.473	-20.713.739	-8,4%
802 Alimentação Escolar	202.380.220	314.229.727	111.849.507	55,3%
803 Melhoria da Qualidade de Ensino Fundamental	5.844.579.286	6.068.262.948	223.683.662	3,8%
804 Melhoria e Expansão do Ensino Médio	2.769.835.820	2.813.379.804	43.543.984	1,6%
805 Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil	98.803.097	68.762.213	-30.040.884	-30,4%
807 Informatização Escolar	98.880.638	115.314.313	16.433.675	16,6%
808 Formação Continuada de Educadores ⁽¹⁾ da ed. Básica	90.207.519	83.203.131	-7.004.388	-7,8%
813 Avaliação do Sistema Educacional	22.944.866	17.684.860	-5.260.006	-22,9%
814 Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar	363.617.474	440.833.470	77.215.996	21,2%
815 Gestão Institucional e Manutenção da Educação	5.551.391.592	5.970.249.907	418.858.315	7,5%
000 Encargos Gerais - Pagto de Ações Indenizatórias	769.849	1.225.527	455.678	59,19%
4501 Comunicação Social	27.000.000	22.500.000	-4.500.000	-16,7%
4406 Auxílio Alimentação	140.000.000	95.385.984	-44.614.016	-31,9%
4407 Gestão com Tecnologia, Informação e Inovação	56.402.000	56.216.156	-185.844	-0,3%
TOTAL	15.513.573.573	16.293.295.513	779.721.940	5,03%

Fonte: LOA 2008 e PLOA 2009

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Conclusão

Ninguém pode negar que este foi um ano de crise econômica mundial e que esta teve reflexo no Brasil. Neste contexto é difícil dizer que avançamos, muito embora alguns indicadores apontem nesta direção. Mas é certo que o Brasil foi um dos países onde a crise foi menor. Isso pode ser explicado por vários fatores, internos e externos. Como já mostra-

mos, o Brasil é um país pouco aberto ao comércio mundial e com um grande mercado interno. Não resta dúvidas que o mercado interno é a força do país.

No próximo ano, com a retomada do crescimento, poderemos olhar com mais clareza os frutos do crescimento sustentável da última década. Devemos ficar bem atentos para os indicadores de desemprego, renda, mas também para os indicadores de redução da concentração de renda e para a quantidade de pessoas abaixo da “linha da pobreza”. Se não vier mais nenhum

tsunami econômico, podemos dar passos largos na direção da ampliação da cidadania.

Os professores devem ficar de olho principalmente na regulamentação das negociações do setor público (artigo 151 da OIT), na regulamentação da Lei do Piso Salarial Nacional e, em São Paulo, na recomposição do piso salarial. Não haverá carreira atrativa sem um salário inicial atrativo. Este não é o único, mas sem dúvida é um dos principais elementos da valorização e da melhora da qualidade do ensino no Estado.

Produção: Subseção DIEESE/APEOESP

Responsável Técnico:
Alexandre Sampaio Ferraz

Equipe:
Alexandre Sampaio Ferraz
Renata Miranda Filgueiras

E-mail:
dieese@apeoesp.org.br



Associação Paulista dos Educadores de São Paulo
REPRESENTAÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS
TÍTULOS: CPT • CPT



APEOESP • Praça da República, 282

Telefone: (11) 3350 6057

www.apeoesp.org.br • e-mail:
presiden@apeoesp.org.br

